

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



A CULTURA DA NOBREZA

VOLUME 19, 1998

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

PERSPECTIVAS ACTUAIS SOBRE A NOBREZA MEDIEVAL PORTUGUESA

"Campo praticamente virgem da nossa historiografia medieval", assim o classificava eu em 1980. Agora, passados 17 anos, pode-se considerar dos mais pujantes e dos mais decisivamente explorados por meio de investigações aprofundadas e sistemáticas. Suscitou teses de doutoramento de grande qualidade científica e impôs-se a nível internacional como um campo para o qual a historiografia portuguesa tem dado contribuições efectivamente importantes. Fazer o ponto da situação, verificar o "estado da arte", tal é o meu intuito neste momento. O material que tenho de resumir e coordenar é já considerável e o seu levantamento nem sempre é fácil. É o que, em todo o caso, tentarei fazer.

Antes de o iniciar parece-me necessário advertir que esta revisão dos problemas não se pode considerar suficiente nem dispensa os leitores de examinarem directamente os trabalhos aqui referidos. Temo que a minha apresentação seja um tanto ou quanto subjectiva; não tenho a certeza de que os problemas que considero essenciais o sejam também para os respectivos autores. Receio igualmente omitir contribuições cuja importância efectiva eu não saiba medir com a devida justiça por estar demasiado interessado com outras questões. Os meus leitores devem, portanto, considerar as linhas que se seguem sobretudo como um convite a contactarem directamente com as obras

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

aqui referenciadas, mesmo aquelas que cito mais sumariamente, para eles próprios procurarem fazer uma reflexão crítica pessoal sobre o que se pode considerar adquirido e o que se deveria ainda estudar de uma forma mais aprofundada.

Retomando os temas principais aproximadamente como os tinha enunciado em 1980, verei sucessivamente duas questões prévias — o estado de publicação das fontes e a classificação dos dados — e depois os problemas relativos às fontes do poder nobre, às relações da nobreza com o poder político e as outras categorias sociais, às prerrogativas da classe e finalmente à estrutura interna da nobreza.

Quanto ao estado de publicação das fontes, as principais novidades consistem no aparecimento de uma edição crítica dos três livros de linhagens, que saíram como três volumes de uma nova série dos *Portugaliae Monumenta Historica*, datados desse mesmo ano de 1980, mas na realidade impressos um pouco mais tarde. É óbvio que esta edição, resolvendo muitos problemas de crítica textual, e permitindo a identificação dos indivíduos por meio de tábuas onomásticas completas, representou um passo decisivo para o aproveitamento histórico destas incomparáveis fontes, com poucos paralelos na Europa ocidental. A edição a que me refiro não está isenta de erros e de "gralhas", que os seus frequentadores têm detectado; além disso poderia ser aperfeiçoada com o cotejo de um ou outro manuscrito que na altura não pôde ser usado. Seria benvinda, portanto, uma nova edição revista e melhorada.

A segunda grande novidade em matéria de publicação de fontes consiste na recentíssima edição crítica da lírica profana galego-portuguesa dirigida por Vicente Beltrán e Mercedes Brea (1996). A equipa dirigida por eles conseguiu não só reunir as contribuições de dezenas de anos de crítica textual trazidas por eminentes filólogos de todos os países e aqui comodamente acumulada nas notas, mas também as informações biográficas sobre os trovadores e jograis que as compuseram e os indivíduos que eles mencionam e foi possível identificar, e ainda uma completíssima informação bibliográfica. Esta edição incorpora, nomeadamente, os resultados das decisivas investigações de António Resende de Oliveira, que mencionaremos mais adiante.

Pelo contrário, não se avançou ainda para a publicação do terceiro conjunto de fontes mais importantes para a história da nobreza

portuguesa, que são as inquirições de D. Dinis e de Afonso IV. Há alguns projectos a este respeito, mas nenhum ainda demonstrou capacidade para se concretizar efectivamente. Entretanto, a sua importância torna-se cada vez mais reconhecida. A sua consulta mostrou-se decisiva, sobretudo a das primeiras, para vários estudos que serão mencionados mais adiante. Não se pode esconder a necessidade de resolver as dificuldades que a sua publicação implica (bem menores, em todo o caso, do ponto de vista textual, que qualquer uma das mencionadas anteriormente). O mesmo se diga das inquirições de Afonso IV, cuja importância foi posta em relevo por um estudo específico de José Marques (1990).

Acrescente-se um grupo de fontes pouco numeroso, mas extremamente importante, as listas de patronos de vários mosteiros, cuja época típica se situa na segunda metade do século XIV. Algumas delas foram publicadas, embora numa edição não muito fiável, por Luis de Mello Vaz de São Payo (1987), mas existem ainda outras cuja publicação completa e rigorosa se impõe como verdadeiramente indispensável para o estudo da nobreza numa época mal coberta pelas fontes linhagísticas mais conhecidas (cf. Pizarro, 1995, p. 104, nota 8). A fecundidade e a importância destas listas foram demonstradas pela excelente análise da porventura mais interessante de todas elas, a de Grijó, por J. A. Pizarro em 1995.

Poder-se-ia mencionar a seguir a publicação de vários cartulários com importante documentação avulsa, como o *Liber Fidei*, o *Livro Santo de Santa Cruz de Coimbra*, o *Livro Preto da Sé de Coimbra*, o *Cartulário de S. Paulo de Almaziva*, etc., mas não faremos mais do que lembrar de passagem este tipo de publicações, uma vez que uma grande parte das suas informações não diz respeito à nobreza.

Outra importante novidade sucedida nos últimos anos foi o levantamento e a exploração de fontes não escritas. A mais específica, para o nosso caso, é a heráldica. Tornou-se objecto de uma publicação pioneira, infelizmente não muito completa nem isenta de defeitos, mas, em todo o caso, muito importante pela quantidade de dados que apresenta; deve-se, como se sabe, ao saudoso Marquês de Abrantes (1983). Foi ele também o autor de várias análises mais detalhadas sobre casos específicos de representações heráldicas medievais; infelizmente, que eu saiba, não tiveram nenhum continuador depois da sua morte.

Outro tipo de fontes não escritas, é o da tumulária. Foi objecto de um levantamento sistemático por Mário Barroca (1987), que não

só estudou cada um dos túmulos identificados mas também o contexto ritual, mental e artístico em que eles se inserem. O seu completíssimo elenco foi depois enriquecido com outro levantamento não menos completo e sistemático da epigrafia medieval portuguesa (1995), onde se encontram numerosas informações directas acerca da data da morte de muitos indivíduos, e indirectas acerca do seu estatuto social, da posição que pretendiam ter no conjunto da classe a que pertenciam ou dos processos simbólicos que utilizavam para reivindicarem uma determinada posição social. Este trabalho verdadeiramente monumental reúne uma autêntica mina de dados comodamente classificados e estabelecidos com o maior rigor crítico. O primeiro deles não foi, infelizmente, publicado; espera-se que o segundo o seja em breve.

Não tem o mesmo cómodo formato de levantamento completo o breve estudo do mesmo autor (1989) sobre residências senhoriais, mas esperamos que ele empreenda um dia uma listagem tão sistemática como as duas que acabamos de mencionar. Até lá, pode-se utilizar uma obra que se apresenta como uma síntese de história arquitectónica, mas que recolhe uma grande quantidade de informações sobre a habitação nobre, sobretudo para os séculos XIV e XV, a excelente tese de doutoramento de José Custódio Vieira da Silva (1995).

Voltando às fontes escritas, temos de lamentar que pouco se tenha avançado na publicação de necrológios. Intimidados pelas dificuldades específicas deste tipo de textos, cuja edição requer não só conhecimentos de paleografia, mas também de latim e de liturgia, poucos mais se resolveram a fazê-lo, que eu saiba, além do prof. Avelino da Costa para o obituário da Alcáçova de Santarém (1981) e do Cón. Isaiás da Rosa Pereira para o martiriológico-obituário da Sé de Lamego (1993).

Em compensação avançou-se bastante no domínio da publicação das actas das cortes medievais, graças aos persistentes esforços do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, sob a orientação de A. H. de Oliveira Marques. Com efeito, dispomos já dos textos das cortes dos reinados de Afonso IV (1982), de Pedro I (1986) e de Fernando I (1990-1993), o que permite cobrir a época que neste momento nos interessa. Embora não seja uma fonte específica para a história da nobreza, é evidente o seu interesse para tal fim.

Tendo, portanto, melhorado francamente a situação no que diz respeito à publicação de fontes, gostaria de referir que além do

preenchimento das lacunas já mencionadas (inquirições de D. Dinis e de Afonso IV e necrológicos), seria do maior interesse a edição mais ou menos sistemática de um certo tipo de documentos próprios do exercício de direitos senhoriais e do estabelecimento de relações feudais. Eu próprio apresentei dois ou três dos primeiros relativos ao mosteiro de Vairão (1983a) e analisei outro relativo ao mosteiro de Pedroso (1985c, pp. 286-287); embora se trate de fontes relativas a senhorios eclesiásticos, podem-se considerar base importante para deles deduzir o que fariam os nobres em matéria de direitos senhoriais. O ideal, porém seria encontrar documentos análogos para senhores leigos. Entretanto, o comentário de Iria Gonçalves (1993) sobre as exacções exigidas pelo rei e os seus oficiais por ocasião da visita poderá enriquecer os conhecimentos acerca do exercício do poder senhorial no século XIII.

Seria possível descobrir documentos próprios da condição nobre como concessões de préstamos, honras e alcaidarias? Mencionem-se, enfim, outros documentos tão importantes como o que foi suscitado pela partilha da herança dos Sousas, em boa hora estudado por Luís Krus (1994b).

O avanço conseguido na publicação das fontes não se verificou apenas pela disponibilização dos textos impressos em boas edições e com a resolução dos problemas críticos que eles suscitam. Resultou também da preocupação que a maioria dos seus autores, ou outros investigadores depois deles, tiveram em descobrir as suas condições de produção; como é evidente este trabalho permite interpretá-los em função de um determinado contexto histórico e conseqüentemente enriquecer a sua utilização. Nesse sentido, são da maior importância os estudos de Luís Krus acerca dos factos que explicam a realização das inquirições e a redacção dos três Livros de Linhagens (Mattoso, Krus e Andrade, 1989, pp. 37-64; Krus, 1994a), os de António Resende de Oliveira sobre a compilação dos cancioneiros medievais (1992) e o de José Marques, já mencionado, acerca das inquirições de Afonso IV.

Como se sabe, a segunda fase do trabalho histórico consiste na classificação dos dados recolhidos das fontes. Para o objectivo que aqui nos interessa, a classificação consiste, antes de mais, na reconstituição das genealogias; logo a seguir, na elaboração de fichas prosopográficas, na cartografia da implantação senhorial e na listagem cronológica de funções habitualmente desempenhadas por nobres.

Também aqui se avançou de maneira quase espectacular. A maior parte das vezes, estas operações foram realizadas simultaneamente pelos mesmos autores. Não escondo que me cabe alguma responsabilidade neste campo. Depois das genealogias que já tinha publicado em 1969, fiz estudos de carácter genealógico e prosopográfico menos esquemáticos em 1982c e em 1985c, tentando assim cobrir as principais famílias portuguesas dos séculos XI e XII. O trabalho foi corrigido em alguns pontos de pormenor e prolongado para o século XIII em vários outros estudos, de entre os quais salientarei os de Leontina Ventura para a nobreza da região de Coimbra (1985 e 1990) e para a nobreza de corte de Afonso III (1992). As suas fichas prosopográficas e os seus mapas de propriedades nobres são verdadeiramente modelares e utilíssimas para investigações futuras, dada a maneira densa e cómoda como apresenta e sistematiza os dados documentais. Pode-se dizer o mesmo das fichas prosopográficas elaboradas por António Resende de Oliveira para os trovadores e jograis (1992) e por Mário Barroca para as personagens mencionadas nas inscrições epigráficas (1995). O primeiro destes dois trabalhos suscitou já uma verdadeira revolução com incidências decisivas sobre a história literária da poesia medieval; o segundo terá efeitos mais difusos mas não menos importantes. Devem também ser mencionadas as genealogias elaboradas por Luís Krus e os seus colaboradores para a nobreza de três áreas regionais, o jugado de Aguiar de Sousa, o concelho de Paços de Ferreira e a terra de Santa Maria (Krus, Bettencourt e Mattoso, 1982; Krus, Andrade e Mattoso, 1986; Mattoso, Krus e Andrade, 1989), por José Augusto Pizarro para os patronos de Grijó (1995), por Bernardo de Vasconcelos e Sousa para os Pimentéis (1995), por Rita Costa Gomes para a nobreza de corte dos séculos XIV e XV (1995), por Leontina Ventura e A. Resende de Oliveira para os Briteiros (1995), por L. F. Marques da Gama para os Leais de Sintra e Colares (até à época contemporânea) (1997), por L. de Mello Vaz de São Payo para várias famílias. Espero que dentro de pouco tempo tenhamos outro conjunto de genealogias para a importantíssima área da nobreza portuguesa da época de D. Dinis, quando José Augusto Pizarro terminar o levantamento sistemático que está a realizar não só sobre as famílias mais importantes, mas também sobre outras de segunda e terceira categoria; este utilíssimo trabalho permitirá descobrir ligações muito importantes e até hoje mal iluminadas pelas fontes disponíveis.

Não posso aqui deixar de mencionar as genealogias elaboradas

por A. de Almeida Fernandes. Para além das que exploram sobretudo as origens das famílias mais conhecidas de Entre-Douro-e-Minho, a maioria das quais foi publicada antes de 1980, e que, a meu ver são as mais interessantes e seguras, referirei aqui as respeitantes a algumas linhagens que provavelmente resultam da ascensão de descendentes de não-nobres (1971, 1976), por dizerem respeito a um sector pouco explorado da matéria genealógica. Seria interessante alargar este género de pesquisas para diversificar a base de interpretação do fenómeno da origem não nobre de certas famílias, dada a tendência da classe para a rejeição de novos membros. Não posso atribuir o mesmo grau de confiança a outras reconstituições genealógicas feitas mais recentemente pelo mesmo Autor e muito menos às suas elocubrações acerca da redacção dos livros de linhagens (1990). As suas críticas aos meus trabalhos podem, em alguns pormenores, ter razão de ser, mas não posso deixar de as considerar, no geral, arbitrárias ou destituídas de fundamento. Não me parece saudável mencioná-las aqui.

Outra forma de classificação dos dados, consiste na elaboração de listas de detentores de cargos e funções não só seculares, como as de governadores de terras, alcaides ou dignidades curiais, mas também eclesiásticos, como as de funções episcopais, canonicais, abaciais, priorais ou dignidades capitulares e de membros das cúrias diocesanas. Para o primeiro grupo, não se podem esquecer, em primeiro lugar, as completíssimas fichas biográficas dos oficiais do Desembargo régio redigidas por A. Carvalho Homem (1990), visto que incluem um certo número de gente de origem nobre, embora, em princípio, o ofício não indicie tal origem. Depois disso, as listas de oficiais mores da corte, de terratenentes, de oficiais de justiça, da fazenda e da casa real estabelecidas por Leontina Ventura (1992) deram um exemplo que infelizmente não foi suficientemente seguido. Mencionem-se, em todo o caso, as análises de Rita Costa Gomes (1995) para os oficiais da corte do século XV, a lista de alcaides de Leiria traçada por Saúl A. Gomes (1995) e a de alcaides e funcionários do concelho (e de bispos e dignidades capitulares) de Évora por Ângela Beirante (1995). Como é evidente, a simples constituição de tais elencos, tão importante do ponto de vista crítico e como levantamento sistemático de dados, não é suficiente só por si. Seria necessário alargá-las, de forma a poderem ser interpretadas do ponto de vista da história social. O que só é possível quando se comparam, como fizeram Leontina Ventura e Saúl A. Gomes, com as árvores genealó-

gicas e com os critérios de distinção social, sem os quais esses elencos nada revelam de verdadeiramente significativo.

A quantidade de dados prosopográficos, genealógicos e funcionais assim acumulada justificaria a constituição de uma base de dados informática, tal como aquela com que eu sonhava em 1980b (p. 16), e que mal passou de um simples projecto. Responsabilidades incompatíveis com a sua elaboração sistemática levaram-me, infelizmente, a abandoná-la, na esperança de que algum jovem com mais disponibilidade de tempo lhe pegasse. A verdade é que se trata de um empreendimento que ultrapassa as capacidades de uma só pessoa e só poderá ser levado a bom termo num instituto de investigação. As correcções de pormenor feitas por vários investigadores a reconstituições genealógicas feitas por mim ou por outros, as contradições que por vezes se podem detectar entre as diferentes contribuições e a coordenação sistemática dos dados (tanto mais perfeita e completa quanto maior número se vai acumulando) mostram cada vez mais a necessidade de um instrumento de pesquisa tão importante como este. Os dados disponíveis já são tão vastos que se torna impossível a uma só pessoa conseguir coordená-los devidamente. É evidente que a sua concretização, mesmo parcial, permitiria uma exploração muito mais completa e aprofundada, nomeadamente no domínio da estrutura do parentesco, área para a qual se requerem dados quantitativamente muito numerosos e linhas de análise conceptual bastante sofisticadas.

Passando agora aos problemas históricos propriamente ditos, vejamos primeiro o que a investigação recente tem averiguado acerca das fontes do poder de que a classe nobre goza.

Já em 1980b (p. 21) afirmava que "nobreza" significava, antes de mais, capacidade para o exercício efectivo de poderes senhoriais, isto é para o poder de julgar, de cobrar impostos, de comandar gente de armas e de mandar. Creio que esta interpretação, com incidências especiais sobre os estudos acerca das origens da nobreza, se tem vindo a confirmar. Não tenho visto muitos estudos sobre o problema. Mas creio ter dado alguma contribuição para isso em 1982c (sobretudo pp. 86-94), ao verificar que se dá uma transformação decisiva das famílias de infanções a partir do momento em que se apropriam de funções judiciais. Em 1993 (pp. 491-502) enquadrei esse momento de transição num processo de difusão das prerrogativas antes exercidas apenas por magnates ligados à corte e que participavam de alguma

maneira da autoridade régia. Mas é preciso não esquecer também que embora não partilhando todas as prerrogativas dos magnates, os infanções, como oriundos de filhos segundos e como vassalos dos nobres mais poderosos, eram considerados e faziam parte, pelo sangue (como *filii benenatorum*), do mesmo grupo social. Creio tê-lo demonstrado em 1985c (pp. 102-111).

O poder de julgar traz quase automaticamente consigo o poder fiscal. Quanto ao poder militar, resulta obviamente de os infanções, que antes constituíam o corpo activo das forças armadas do rei e dos magnates, terem passado a exercê-lo por conta própria e independentemente de qualquer delegação de uma autoridade pública (Mattoso, sobretudo em 1985c, pp.113-124). Como é óbvio, também, nenhum destes poderes se pode manter e transmitir aos descendentes se não se apoia numa base material sólida, isto é numa riqueza efectiva, de cuja manutenção depende a preservação do mesmo nível social; por isso os nobres são chamados "senhores" e recebem o título de "dom" (1985c, pp. 125-130). Constituem-se assim os pilares da condição nobre: o sangue, as armas e o poder.

Estabelecidos com a devida solidez estes princípios, poderá ser de alguma utilidade rever um certo número de dados reunidos e analisados por A. de Almeida Fernandes em 1981, com a condição de os examinar com rigor crítico, nomeadamente no que diz respeito aos pretensos e contraditórios "filhos-de-algo" nobres e *não nobres* (sic) (pp. 208-247, 419-424) ou aos confusos "donegos" (pp. 151-207, 410-419). Será preciso também seguir com todo o cuidado a não menos confusa discussão que ele faz acerca de honras e coutos (pp. 248-309) e a desconexa exposição sobre préstamos e "benefactoria" (pp. 310-403). Os dados são aproveitáveis; a interpretação que este Autor deles faz é, muitas vezes, inadmissível.

Estas questões, porém, têm sido pouco exploradas. Entre as mais importantes contribuições para o seu esclarecimento convém mencionar as de Leontina Ventura acerca da noção de *potestas* (1992, pp. 18-41), de *consilium* e de *amor* (pp. 55-66, 234-240). Por outro lado, esta mesma Autora fez também um estudo aprofundado da evolução das bases do poder nobre durante o momento decisivo do reinado de Afonso III, em que a antiga nobreza dos ricos-homens cede o lugar a uma nova geração de magnates oriundos de categorias inferiores, mas que irão retomar, com algumas alterações, as categorias da distinção social estabelecidas durante os séculos XI e XII. É esta a sua principal contribuição. Ao colocar o acento em fenómenos conjun-

turais, ela veio acrescentar não poucos elementos significativos ao que tinha sido estabelecido em 1982 por Robert Durand (pp. 559-584) em termos preferentemente estruturais.

Uma parte destes estudos parece relativamente simples do ponto de vista conceptual, embora trabalhoso do ponto de vista heurístico: refiro-me à averiguação da base material do poder nobre, ou seja ao estabelecimento dos dados que permitem avaliar o seu poder fundiário. Reside aí uma parte da importância dos estudos sobre a implantação da propriedade nobre e a sua cartografiação. Leontina Ventura, na mesma obra, carregou para isso um importante conjunto de informações. Mas o problema não se pode resumir a enumerar listas de terras e herdades. O que importa sobretudo é tentar averiguar até que ponto e de que maneira é que o poder fundiário resulta predominantemente de uma capacidade administrativa (produção directa ou indirecta e comercialização dos rendimentos) ou da exploração e valorização das exacções senhoriais; a obra de Robert Durand (1982) fornece para isso alguns elementos que não se podem esquecer (pp. 349-360, 451-475). Melhor ainda seria averiguar se estas distinções correspondem a níveis hierárquicos da nobreza, isto é se a nobreza média e inferior se apoia sobretudo na primeira forma (produção) e a nobreza superior na segunda (exacções senhoriais). É o que parece sugerir o estudo de Luís Krus sobre a herança dos Sousas (1994b). Mas seria necessário aprofundar a questão.

Conviria, por exemplo, verificar se há tendências evolutivas de carácter global e qual o papel que desempenha nesta questão a administração da reserva senhorial por oposição à cobrança das rendas das terras de administração indirecta. A análise do *Livro de bens de D. João de Portei*, esboçada em tempos por Armando Castro talvez desse algumas contribuições para este problema, que abordei indirectamente em 1982c (pp. 225-226) e 1985c (pp. 38-39). Um "estudo de caso" como o de Bernardo de Vasconcelos e Sousa (1995) sobre a evolução da fortuna dos Pimentéis também merece a pena ser considerado deste ponto de vista. O ramo desta família que alcançou maior sucesso parece sair da mediania numa primeira fase com a aquisição de terras onde ele herdou os poderes senhoriais dos de Riba-Douro por intermédio dos Resendes, e depois quando outro membro da família adquire poderes análogos na região de Bragança. Em qualquer dos casos, considerando o factor tempo, a evolução das fortunas parece

ser sempre o marco mais significativo do sucesso ou insucesso social de uma família. E o que a história dos Pimentéis também testemunha.

Este facto não significa que o sucesso social resulte directa e exclusivamente da fortuna material. Pode-se adquirir de muitas maneiras. Reside justamente aí o interesse dos "estudos de caso" como o que teve por objecto os Pimentéis ou o que, com um âmbito mais restrito, se dedicou aos Briteiros (L. Ventura e A. Resende de Oliveira, 1995). Uma das principais fontes não directamente materiais da supremacia nobre é, sem dúvida, o favor régio. A sua principal expressão é o exercício dos principais cargos da cúria régia. Parece ter sido essa a razão da ascensão dos senhores de Riba de Vizela entre o fim do século XII e o fim do século XIII (Mattoso, 1985c, I, pp. 162-164), e em parte a do sucesso dos Briteiros no século XIII (L. Ventura e A. Resende de Oliveira, 1995). Mas foi também o caso de outros nobres no tempo de Afonso III (Leontina Ventura, 1992), e sê-lo-ia igualmente no século XV (Rita Costa Gomes, 1995, pp. 64-177). Daí, obviamente, o poder de atracção da corte régia. O rei é o grande distribuidor de dons e benesses. Até ao princípio do reinado de Afonso II é o rei que procura os nobres; depois disso, sobretudo desde Afonso III, são eles que o procuram. A estratégia monárquica de concentração do poder passa pela constante restrição dos poderes senhoriais em geral, mas esta exige alianças preferenciais e a consequente reserva de privilégios para os vassallos mais fiéis. O problema está em saber como evolui a relação de forças que assim se estabelece: se o rei consegue manter o controle da transmissão de fortunas à geração seguinte ou se esta é capaz de adquirir poderes que o neutralizem. A relação entre o rei e os senhores através dos séculos XIII e XIV é feita das vicissitudes deste jogo. Leontina Ventura mostrou-o claramente para Afonso III, mas resta averiguar como evoluíram estas relações com Afonso IV e Pedro I. Estamos um pouco melhor informados para Fernando I (M. J. Tavares, 1983).

A fortuna, portanto, é fundamental. Condição necessária, na medida em que sem ela não se pode manter o estatuto de nobre: mas ignoramos praticamente tudo acerca dos casos de nobres que perdem as suas prerrogativas de classe, apesar de poderem reivindicá-las por meio do nascimento. Os casos de infâncias pobres retratados pelas cantigas de escárnio são bem conhecidos. Mas para além da imagem que acentua o ridículo social, o que se passa em concreto? Quais as razões da decadência? As partilhas hereditárias? O esbanjamento

sumptuário? A má administração dos domínios? A incapacidade de adaptação a uma economia monetária e de produção e consumo? Eis o que não foi ainda suficientemente esclarecido.

Quanto aos outros pilares da nobreza, como se exercia o poder militar? É também uma questão pouco explorada. Quantos homens de armas tinha normalmente um magnate? E um cavaleiro? Que armamento devia possuir para ser socialmente respeitado? Que lhe exigia o rei, se era seu vassalo? Qual o papel, a frequência e o grau de violência das lutas senhoriais e concretamente da vingança privada na área onde dominava a nobreza feudal? Como reagiam os concelhos aos abusos dos nobres? De situações deste último género deram-se exemplos significativos, mas de forma impressionista e pouco sistemática (Mattoso, 1985c, I, pp. 449-451). No conjunto são perguntas que até agora receberam respostas insuficientes. Em breve teremos muito melhores informações sobre estes temas, para os séculos XIV e XV, quando for publicada a tese de doutoramento de João Gouveia Monteiro, mas pouco se avançou neste campo para as épocas anteriores. Pouco mais se esclareceu, para além do que Mário Barroca concluiu no seu excelente estudo (1989) sobre o equipamento fortificado de que dispunham normalmente as famílias nobres de Entre-Douro-e-Minho no século XIII, e quais eram as funções e o significado social das torres senhoriais.

Avançou-se também alguma coisa no problema das relações entre a cavalaria vilã e a cavalaria nobre. Robert Durand tinha já procurado definir os contornos dos dois grupos sociais, sem conseguir distingui-los com suficiente clareza (1982, pp. 531-558), creio que sobretudo por não ter compreendido o sentido próprio e o sentido evolutivo da categoria dos "infanções". Apresentei as minhas próprias opiniões a este respeito (1982c, pp. 171-181; 1985c, I, pp. 113-124), sem que até hoje, segundo julgo, tenham sido contestadas. Parece-me suficientemente claro que a cavalaria vilã é efectivamente uma via de acesso à nobreza de sangue, sobretudo com o apoio do rei na região de Coimbra e noutras cidades do litoral, como Leiria, Santarém ou Lisboa, mas permanece distinta em todos os concelhos em que se proíbe o exercício de poderes senhoriais, como forma de proteger a supremacia social da aristocracia concelhia, o que sucede sobretudo no interior da Beira. Este fenómeno da osmose social tem, no entanto, uma época restrita, a segunda metade do século XII e o princípio do século XIII. Não menos importante é o facto de os privilégios próprios da cavalaria vilã só se poderem exercer no âmbito do respectivo

concelho e de constituírem privilégios de grupo e não prerrogativas individuais, o que explica que raramente se dê o caso de surgirem linhagens de cavaleiros vilãos capazes de ascenderem pelos seus próprios meios à categoria nobre, ao contrário do que acontece, por exemplo, em Castela, e concretamente em Ávila (Angel Barrios, 1983-1984; cf. as minhas críticas, 1986). Os casos estudados por Almeida Fernandes e já mencionados são obviamente interessantes e significativos. Mas seria necessário, como já disse, alargar o seu número para saber se são excepcionais ou representativos de um processo regular de osmose, ou ainda se são fenómeno típico de uma determinada época.

Também não há nobreza sem poder simbólico. A este dá-se vulgarmente o nome de "prestígio". Nos séculos XI a XIV, porém, tratava-se de uma referência muito complexa e de enorme importância. Daí que seja preferível a noção mais "forte" de "poder simbólico". No fundo, os livros de linhagens, além de definirem os graus de parentesco, e, por meio deles, os tipos de solidariedade que ele fundamenta, servem sobretudo para marcarem as bases do prestígio social reconhecido e sancionado pelo conjunto dos pares. Este é marcado por sinais hoje para nós pouco claros como os nomes, o parentesco com as linhagens mais prestigiadas, o tipo de tradições familiares transmitidas de geração em geração, etc.. Luís Krus (1994a) levantou decisivamente o véu do seu significado ao estudar as referências espaciais registadas nos livros de linhagens: assim, os factos passados na cidade não têm o mesmo valor que os que se dão no campo, os dos lugares sagrados que os dos lugares profanos, os da corte régia que os das cortes senhoriais, os que sucedem na fronteira, em combate com os mouros, que os acontecidos longe dela, em lugares onde não se combatia. Muitos destes sucessos cujo valor simbólico é, assim, definido pelas coordenadas espaciais, podem ser puramente míticos; pouco importa: o prestígio social que conferem marca hierarquias e impõe respeito. Compreende-se, pois, que certas linhagens inventem histórias para suportarem as suas tentativas de ascensão social, como as que foram criadas por João Soares Coelho acerca de Egas Moniz para fazer esquecer a origem bastarda dos seus ascendentes (Mattoso, 1983b), as que foram imaginadas pelos Pereiras para beneficiarem da proximidade do seu parentesco com os Trastámaras (Krus, 1994c, 1994d) ou as que antes disso proclamaram os Haros para justificarem uma categoria muito especial na hierarquia da nobreza castelhana (Krus, 1985). Estes parentescos imaginários

reivindicados com sucesso não impediram vários jograis e trovadores de dirigirem violentas críticas aos que pretendiam ser de grandes famílias sem terem direito a isso, ou sem saberem comportar-se com a dignidade que a categoria ambicionada lhes exigia (é um tema a explorar; até lá, ver G. Videira Lopes, 1994, pp. 246-254, 258-267). Se a base simbólica dos diversos níveis dentro da nobreza tem componentes muito variadas e representativas de uma cultura aristocrática especial, as que sublinhavam a oposição entre nobres e não nobres não seriam menos marcantes; mas eram, afinal, menos cultivadas, porque definiam fronteiras mais consensuais (Mattoso, 1985c, I, pp. 229-241; G. Videira Lopes, 1994, pp. 275-282).

Passando agora a um segundo grupo de questões, isto é o das relações da nobreza com o poder político e as outras categorias sociais, começaremos por observar que o problema da relação com o rei se polariza em torno da tensão entre o poder monárquico e o poder senhorial. Já mencionámos esta questão. Foi este o cerne da minha interpretação da história política de Portugal entre a criação do condado portugalense e o fim do reinado de D. Dinis. Tenho exposto em várias obras e de várias maneiras as minhas opiniões a este respeito, sem que elas tenham sido contestadas (1982c, 1985c, 1994, etc). Pelo contrário, creio que não cessam de receber confirmações directas (por exemplo em Leontina Ventura, 1992, 1996a, 1996b; Carvalho Homem, 1996) e indirectas, apesar de algumas, raras, persistências de pontos de vista tradicionais. A luta, porém, não representa uma oposição total entre a nobreza e o rei. O rei sanciona geralmente a legitimidade teórica dos poderes senhoriais e tem na nobreza o seu principal suporte, mesmo quando o combate é mais duro, como no reinado de D. Dinis (Mattoso, 1982a; 1985c, II, pp. 131-148; 1994). O que se passa é uma progressiva predominância da nobreza de corte sobre a nobreza senhorial e conseqüentemente uma crescente dependência da nobreza para com o poder político (cf. R. Costa Gomes, 1995). O momento decisivo é o reinado de Afonso III, como mostrou Leontina Ventura no seu estudo já mencionado. O reinado de D. Dinis representa um período de uma forte tensão de forças e termina por uma aparente vitória da nobreza senhorial (Mattoso, 1982a). Mas a centralização monárquica já tinha entretanto avançado o suficiente para que a época seguinte fosse de ajustamento de posições adquiridas mais do que de continuação das tensões (Oliveira Marques, 1987; M. H. Coelho, 1989). No reinado de D.

Fernando, porém, o excessivo favorecimento do rei a alguns provocou tensões graves no seio da nobreza e levou finalmente às recomposições características da crise do fim do século XIV (Tavares, 1983; Mattoso, 1985b).

As relações entre a nobreza e o clero estão menos estudadas. Nada ou pouco se sabe sobre as relações familiares do clero episcopal e do clero canonical com a nobreza. Maioritárias? Constantes? Regulares mas não muito frequentes? Excepcionais? Fenómeno peculiar de certas famílias? Desde quando, ou em que períodos, se utiliza a profissão monástica ou a via clerical para colocar os filhos segundos e evitar a erosão das fortunas por meio da partilha hereditária? Não se sabe. É verdade que a quantidade de genealogias já publicadas deveria, aparentemente, permitir responder a estas perguntas. Mas nem os documentos avulsos são, a maior parte das vezes, explícitos acerca das origens familiares dos clérigos, nem os livros de linhagens registam estas ligações de maneira completa. Só com estudos mais sistemáticos e aprofundados será possível esclarecer a questão. O levantamento a que está a proceder José Augusto Pizarro será uma excelente base de análise para resolver problemas deste género. À primeira vista, porém, parece que, à medida que o poder político utiliza mais frequentemente os clérigos, como parece acontecer sobretudo a partir de D. Dinis, o peso social que por isso mesmo adquirem passa a constituir um atractivo para a nobreza, ou seja, um meio de alcançar ou um ponto de apoio para ascender a lugares mais altos da hierarquia nobiliárquica. Seria necessário averiguar se esta hipótese de trabalho se pode confirmar documentalmente.

Entretanto foi possível averiguar certas afinidades entre as categorias mais altas da nobreza e as ordens monásticas do século XI e XII, entre os cavaleiros e as ordens canonicas, assim como a busca de mosteiros cistercienses para colocar as mulheres de mais alta categoria social e de mosteiros beneditinos femininos para mulheres de categoria média ou inferior (Mattoso, 1981b). Como é óbvio trata-se de tendências não exclusivas. Vejam-se, por isso, as especificações do modelo feitas por M. H. Coelho e Rui Cunha Martins para o monaquismo cisterciense feminino (1993) e as judiciosas observações do segundo acerca do caso do mosteiro de Semide (1992).

Outra questão é saber a atitude normal do clero perante a nobreza. De apoio? De crítica? À nobreza em geral? A algum grupo em especial (por exemplo aos cavaleiros predadores que oprimem a Igreja, sobretudo durante a crise que antecede a guerra civil de 1245)?

Encontram-se vestígios da atitude clerical nos sermões ou em obras canónicas? Aparecem protestos contra os abusos dos patronos de igrejas e mosteiros, para além dos que são levados perante os tribunais? Aí estão várias questões ainda sem resposta. Também pouco se sabe sobre a forma como os nobres exerciam o direito de apresentação dos clérigos das igrejas que deles dependiam, apesar de se ter conservado um certo número de documentos deste género. Questões como estas só começam a ter alguma resposta para o século XV (J. Marques, 1988; M. H. Coelho, 1989).

Pelo que diz respeito às relações com as ordens militares, o panorama é um pouco diferente. Pude verificar que as ordens militares acolhem com alguma frequência filhos segundos de nobres, e que os nobres são os seus principais benfeitores a seguir ao rei (Mattoso, 1982c, pp. 227-239). Este facto tem, de resto, uma certa importância para a difusão do ideal da cavalaria no seio da aristocracia (Mattoso, 1985c, I, pp. 235-238). A tese de Bernardo de Vasconcelos e Sousa sobre os Pimentéis (1995) veio confirmar a especial relação que eles estabelecem com os Hospitalários; os Pereiras também se ligam à mesma ordem e fazem dela, segundo parece, um ponto de apoio para a sua projecção social (Krus, 1994b). J. A. Pizarro acrescentará em breve outros dados a este *dossier*.

As relações da nobreza com a burguesia dos concelhos e a gente não-nobre das cidades também não têm sido suficientemente esclarecidas, excepto nos aspectos que dizem respeito à possibilidade de osmose entre uma classe social e a outra, a que já me referi mais acima, e nos casos de abuso da força por parte dos nobres, para oprimirem gente dos concelhos, também já mencionados. A diferença social é em geral bem marcada, não só pelas manifestações de consciência de superioridade dos nobres, de que indiquei alguns exemplos em 1985c (pp. 229-241), mas também pelo facto de os nobres, mesmo quando vivem nas cidades — o que acontece frequentemente, sobretudo quando se querem aproximar do rei — não desempenharem nunca, durante a época que aqui nos interessa, qualquer espécie de cargo municipal (Mattoso, 1981c; cf. Krus 1994b, *passim*). Este princípio altera-se no século XV, quando os nobres passam, muitas vezes, a ambicionar e exercer de facto magistraturas municipais. Seria interessante averiguar se também se recusam a tornar-se membros de confrarias. Pertenciam, pelo menos a algumas mais prestigiantes do século XV (M. H. Coelho, 1993, pp. 177-179), mas pode-se duvidar que acontecesse o mesmo em épocas anteriores.

Vejamos, em terceiro lugar, os problemas relacionados com as prerrogativas próprias da classe nobre. Já me referi às circunstâncias em que apareceram e de que maneira constituem fontes do poder que os seus componentes exercem. Não se esclareceu ainda bem, no entanto, como e em que época essas prerrogativas passaram a ser codificadas e justificadas. Talvez não antes do século XV, em que se encontram preceitos explícitos nas *Ordenações Ajosinas*, reflexões teóricas nas obras dos Príncipes de Avis, alegações em cortes, recorrências de vária ordem na prática do ordenamento social. Os dados deste género foram recolhidos por Oliveira Marques (1987), Armindo de Sousa (1994, pp. 440-465), M. H. Coelho (1995), com relevância para aqueles que se colhem nas abundantes informações das cortes do século XV, no caso destes dois últimos autores. Vejam-se também as prescrições jurídicas relacionadas com o morgadio (M. de L. Rosa, 1995, pp. 233-248). Antes disso, talvez fosse importante estudar com algum detalhe, entre outras questões, as seguintes: a evolução da legislação régia sobre a vingança privada e de que maneira ela foi aplicada, o estatuto dos nobres em matéria judicial, o exercício do direito de aposentadoria, como foram transmitidos os fundamentos invocados pelos juízes régios encarregados de sentenciar em matéria de jurisdição senhorial, sobretudo a partir da época de D. Dinis. Em vez de tentar apenas reconstituir o sistema de privilégios e a maneira como eles eram exercidos, de uma forma quase intemporal, parece-me importante averiguar como se constituíram os respectivos direitos e distinguir as fases desse processo.

Consideremos, por fim, as questões respeitantes à estrutura interna da nobreza. Não apenas, ou não tanto, a configuração dos seus estratos, como se fossem categorias suficientemente claras e distintas — ricos-homens, infanções e cavaleiros —, o que seria, talvez, uma miragem, a não ser enquanto definição do significado atribuído pelos contemporâneos aos respectivos vocábulos (cf. Mattoso, 1982c, pp. 113-116, 171-181; 1985c, I, pp. 131-135). Em vez disso, será preferível utilizar a noção de nobreza "alta", "média" e "baixa", o que implica obviamente a impossibilidade de lhes definir rigorosamente os contornos e impõe a ideia de uma graduação contínua entre essas três componentes, com variadas formas de grupos intermediários. Mais importante ainda do que isso, será averiguar de que maneira se pode subir na escala da nobreza, como se consegue perpetuar o estatuto alcançado ou por que razão se perde uma

supremacia social anteriormente adquirida. É aí que intervêm factores como a ligação com o rei e a corte, o apoio dos poderes sagrados, o parentesco, a vassalagem, a implantação regional, os sistemas sucessórios, os processos de aquisição do poder simbólico.

Já me referi ao primeiro, ao segundo e ao último. Vejamos os outros. Antes de mais, o parentesco. A exploração das genealogias permitirá, através da detecção dos fios condutores dos indícios prestigiantes, averiguar de que maneira o parentesco favorece ou prejudica a ascensão social. Luís Krus (1994a) forneceu algumas indicações a esse respeito. O problema decisivo, porém, consiste em saber quais são os casamentos preferenciais. É de supor que quem queria subir de nível procurasse noiva acima do seu. As hipóteses de o conseguir, porém, não garantiam automaticamente a ascensão social: pelo menos quando a diferença era grande, um casamento deste género podia ser considerado, como acontecia regularmente noutras regiões feudais, nomeadamente na Catalunha, como uma forma de sancionar a vassalagem do respectivo noivo. E provável que, pelo menos em casos em que se podem presumir relações de vassalagem, mais ou menos claras, isto acontecesse também em Portugal. Os estudos destes casos não são fáceis porque as relações de dependência feudal são, em Portugal, pouco explícitas. Só quando os esquivos indícios destas situações forem melhor definidos e o seu levantamento se alargar é que poderemos ter maiores certezas de tal prática se observar regularmente entre nós. Seja como for, estes casamentos, em vez de garantirem a ascensão social, servem sobretudo para cristalizar posições hierárquicas.

Mais claros são certos casos de matrimónios de nobres de categoria média ou inferior desposarem herdeiras (não filhas segundas) de linhagens prestigiadas e por esse meio garantirem a sua passagem a níveis superiores da aristocracia. Leontina Ventura (1992) deu alguns exemplos típicos situados na época de transformações que foi o reinado de Afonso III e a este propósito estudou particularmente o caso típico dos Briteiros (com A. Resende de Oliveira, 1995). Este último foi pouco depois objecto de outra análise por J. C. Miranda (1996), dado o seu especial interesse por incluir a história de um rapto de mulher de condição superior.

A maior parte das vezes, porém, os casamentos verificam-se entre membros da mesma categoria social e servem justamente para garantirem a sua perpetuação. Já em 1985c (I, pp. 211-216 e quadros do vol. II, pp. 244-245) mostrei que os casamentos mais frequentes

unem linhagens geograficamente próximas entre si ou famílias que frequentam os círculos da corte. Como é óbvio, este modelo sofre numerosas exceções. A sua infracção pode justamente servir de indício de deslocações de áreas patrimoniais ou, nos casos mais felizes, permitir casamentos prestigiantes ou heranças chorudas. Estas modalidades foram ilustradas com alguns exemplos por Leontina Ventura (1992); o seu número será em breve aumentado graças às investigações de J. A. Pizarro.

Como se poderia esperar, o casamento com noivas de condição inferior patenteia só por si a decadência da linhagem, como já apontei em 1985c (I, pp. 234), mesmo quando constituem um recurso para resolver endividamentos.

A mulher é, portanto, o principal elemento dinamizador das relações sociais, como observou Lévi-Strauss. Por isso é tão importante estudar o seu papel. O tema foi explorado com notável perspicácia por A. Resende de Oliveira (1986) a partir de uma interpretação sociológica do material das cantigas trovadorescas, e por M. H. Coelho e Leontina Ventura (1987a, 1987b) a partir de um exemplo especialmente bem documentado — a personalidade de D. Vataça —. Podem-se comparar as observações do primeiro com a análise das sátiras dirigidas às mulheres realizada por Graça Videira Lopes (1994, pp. 221-238). Creio ter fornecido uma pequena contribuição para o mesmo tema através de uma análise do *Cantar dos Infantes de Lara* (1988a) que permite compreender o papel da mulher através de tradições mais antigas. O estudo do material fornecido pelos livros de linhagens também sugeriram a Isabel Sabido Ferreira (1995) observações muito originais e cheias de interesse.

O papel da mulher nobre não se pode compreender devidamente sem colocar o problema da barregania e da legitimidade do casamento e da prole. Creio ter aberto um caminho novo de interpretação da barregania (1988); quanto ao casamento há ainda muito que estudar, mas espero que as observações que fiz acerca da noção de incesto (1974) e acerca da difusão do casamento litúrgico (1985c, I, p. 408-409) possam servir de sugestão ao necessário aprofundamento de tais questões. O estudo de Rita Costa Gomes sobre as legitimações régias, infelizmente não publicado, também fornece material importante para esta questão (1982). O de J. C. Miranda sobre o rapto de Elvira Anes da Maia (1996), igualmente. De qualquer maneira, não se pode compreender a progressiva

estruturação da família nobre, sujeita a regras mais restritas a partir do século XIII, sem investigar melhor tais problemas.

As alianças matrimoniais constituem, portanto, um primeiro capítulo essencial da estruturação familiar por meio da qual a condição de nobre se perpetua, simultaneamente no aspecto de transmissão do sangue e de preservação da fortuna. O segundo capítulo é, obviamente, o das práticas sucessórias. Foi uma questão que me interessou desde há muito. Tenho geralmente partido do princípio que a fragmentação da família larga e o abandono relativo do cognatismo se faz antes de mais, na classe nobre, por intermédio da adopção da sucessão unilinear masculina, e que este modelo está habitualmente presente na constituição das linhagens e na transmissão do nome e das honras que formam o núcleo patrimonial da família. Estes fenómenos explicariam, entre outros efeitos, a inferiorização dos filhos segundos na herança, a sua disponibilidade para a vassalagem e o serviço armado (1979b, 1980a), assim como a disponibilidade de jovens solteiras que criaram mosteiros femininos em meados do século XII (1981b), e alguns aspectos fundamentais da grave crise que a Revolução de 1383 permitiu superar, ao substituir muitos chefes de linhagens por filhos segundos e colaterais hipoteticamente inferiorizados nas partilhas hereditárias (1985b). Aplicava assim a Portugal o conhecido modelo que Duby criou para a compreensão do papel dos *juvenes* no século XII. Continuo convencido que houve de facto transmissão do poder e do nome em linhas agnáticas, e consequentemente exclusão de filhos segundos, pelo menos num número considerável de linhagens. Julgo que isso permitiu a ascensão de algumas delas, pelo menos nos séculos XI e XII. O exemplo castelhano parece confirmar esta interpretação (I. Beceiro e R. Córdoba, 1990, pp. 47-107; cf. a posição mais matizada de R. Sánchez, 1989).

Todavia, tenho hoje menos certezas de que a sucessão unilinear fosse uma prática maioritária no século XII e se tivesse de facto generalizado em Portugal no século XIII. J. A. Pizarro tem encontrado vários actos de partilhas que parecem documentar a prática da igualdade dos herdeiros legítimos na sucessão, como se estabelece na lei de Afonso III registada nas *Ordenações Afonsinas* (1.º IV, tít. 107). Os morgadios seriam a excepção, consagrada pelo Direito a partir do princípio do século XIV, num período de estabilização cujo estudo foi feito por Maria de Lurdes Rosa (1995) numa obra de referência obrigatória.

O princípio da partilha igualitária, todavia, não faz mais do que tornar dificilmente compreensível a transmissão do nome e das tradições familiares. Não há dúvida de que se encontram em quase todas as linhagens vários ramos de colaterais, o que, em princípio, confirma a referida prática. No entanto também se encontra quase sempre um ramo principal. Quais os critérios que lhe asseguram a sua proeminência? Se a partilha é igualitária, onde vai ele buscar a base material do seu destacamento em relação aos outros? Se essa é a prática habitual, porque é que uns ramos estiolam e outros mantêm a sua posição ou a reforçam? Para além das estratégias individuais de luta pelo poder nobre (utilizando o favor régio, os melhores casamentos, a acumulação da fortuna ou a protecção eclesiástica — como já se viu), há estratégias específicas para assegurar a transmissão do nome numa linha privilegiada? Eis o que até agora não foi esclarecido, nem parece estar perto de o ser. Todavia é um problema verdadeiramente nuclear da história da nobreza medieval. Será necessário admitir que nunca chegou a impor-se um modelo único, e que foi justamente a multiplicidade de soluções sucessórias o principal factor de que resultou uma inegável fraqueza da nobreza portuguesa, que nunca chegou a criar famílias capazes de sustentar o nome e a fortuna durante mais de três ou quatro gerações, ao contrário do que aconteceu, por exemplo em Leão e Castela?

Outro aspecto estruturante da nobreza medieval é a implantação regional. Foi esse aspecto o que orientou não poucas páginas minhas em 1985c (I, pp. 135-187). Limitei o meu estudo ao século XII, como ponto de partida para observações futuras. Outras pesquisas sectoriais acrescentaram pormenores relativamente a algumas regiões no século XIII, como o julgado de Aguiar de Sousa (Krus, Bettencourt e Mattoso, 1982), o concelho de Paços de Ferreira (Krus, Andrade e Mattoso, 1986), a Terra de Santa Maria (Mattoso, Krus e Andrade, 1989), a Terra da Nóbrega (M. H. Coelho, 1990), o julgado de Braga (Pizarro, 1990). Leontina Ventura aumentou o *dossier* para as famílias cortesãs de meados do século XIII (1992). Podem-se colher informações, mais ou menos devidamente estruturadas em obras de âmbito local ou regional para a Guarda (Rita Costa Gomes), Guimarães (M. da Conceição Falcão Ferreira), Évora (Angela Beirante, 1990), Aveiro (M. J. Branco Marques da Silva), Óbidos (Manuela Santos Silva), Abrantes (Hermínia Vilar), Tomar (Manuel Sílvio Conde), Torres Vedras (Ana Maria Rodrigues), entre outras. A multiplicidade de dados já torna difícil a síntese, que só se poderá fazer em função

da história regional. Não se esqueça, porém, que a proximidade regional aumenta a probabilidade de casamentos do mesmo nível, o que reforça o aspecto estruturante da implantação regional e da corte, a que já me referi.

Pode-se associar ao problema da implantação regional o das relações dos nobres portugueses com os de outros reinos peninsulares. Quanto a mim, fiz sondagens a respeito da Galiza (1981a) e de Castela (1980a), mas este último estudo foi completamente renovado por Henrique David e os seus colaboradores, que além disso alargaram a pesquisa a Aragão (1986, 1989; David, Barros e Antunes, 1987; David e Pizarro, 1987). A este respeito não se deve esquecer de consultar também a obra de L. Krus sobre os livros de linhagens (1994a) e um artigo de A. Resende de Oliveira sobre os trovadores na corte de Afonso X (1990).

Outro aspecto estruturante da nobreza é o da vassalagem, mencionada de passagem a propósito de casamentos aparentemente desiguais, entre um nobre de condição inferior e uma jovem de mais alta nobreza. Definidas as linhas de força do feudalismo português, enquanto sistema hierarquizador por intermédio da homenagem vassálica (Mattoso, 1984; 1985a; 1985c, I, pp. 216-229; II, pp. 135-143; 1986), restava verificar a tipologia dos casos concretos. A. Resende de Oliveira ao verificar o papel das cortes senhoriais na eclosão da poesia trovadoresca deu para isso um contributo fundamental (1987, 1989, 1995). Leontina Ventura verificou não poucos casos significativos (1992, I, pp. 170-177). Espero que J. A. Pizarro acrescente em breve novos elementos concretos a este *dossier*.

Resta-me falar dos problemas culturais. Para além dos que já foram indicados acerca da actividade poética, da autoria de A. Resende de Oliveira (sobretudo em 1995), e de Graça Videira Lopes (1994), veja-se a análise dos textos de vários autores por G. Tavani (1988a) e de três outros por L. Mongelli, M. do A. Maleval e Yara Vieira (1995), além da excelente introdução aos diversos géneros da lírica por G. Tavani (1988b). A análise de L. Krus acerca da concepção ideológica do espaço nos livros de linhagens (1994a) e sobre as lendas e tradições familiares (1985, 1994b, 1994c, 1994d) acrescenta a esses elementos outros mais relacionados com o sistema de valores e com as categorias mentais. Refiram-se também os dados acerca da leitura de romances de cavalaria, que se podem deduzir de Ivo Castro (1984) e de J. C. Miranda (1993), embora o ponto de vista destes autores seja predomi-

nantemente o da história literária. O culto da memória familiar poderá ser perspectivado com ajuda dos comentários de M. de L. Rosa às instituições de morgadios (1995). Enfim, o aspecto mais difícil da cultura gestual e cerimonial pode-se iniciar a partir de dados colhidos em época tardia por Rita Costa Gomes (1995, pp. 295-325).

Como se vê a quantidade de estudos e investigações acerca da nobreza medieval portuguesa cresceu decisivamente nos últimos anos, permitindo alterar substancialmente a panorâmica apresentada em 1980. A sua enumeração esclareceu uma grande quantidade de questões que nessa altura apenas tinham sido equacionadas, e ainda outras que nem sequer foram previstas. Nem todas estão resolvidas, e há, mesmo, algumas de carácter fundamental que suscitam ainda as maiores interrogações. Espero que esta revisão dos problemas e do estado actual dos conhecimentos contribua de alguma maneira para continuar a fazer avançar um dos sectores mais fecundos da historiografia portuguesa actual.

Bibliografia

- ABRANTES, Marquês de (1983), *O estudo da sigilografia medieval portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- ANDRADE, Amélia - ver KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia e MATTOSO, José (1986).
- ANTUNES, João - ver DAVID, Henrique; BARROS, Amândio e ANTUNES, João (1987).
- BARRIOS GARCIA, Angel (1983-1984), *Estructuras agrarias y de poder en Castilla. El ejemplo de Ávila (1085-1320)*, 2 vols., Salamanca, Universidad.
- BARROCA, Mário (1987), *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho. Séculos V a XV*, Porto, Faculdade de Letras, (tese de mestrado policopiada).
- Idem* (1989), "Em torno da residência senhorial fortificada. Quatro torres medievais na região de Amares", in *Revista de História* (Porto), 9, pp. 9-61.
- Idem* (1995), *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*, 4 vols., Porto, Faculdade de Letras (tese de doutoramento policopiada).

- BARROS, Amândio - ver DAVID, Henrique; BARROS, Amândio e ANTUNES, João (1987).
- BECEIRO PITA, Isabel e CORDOBA DE LA LLAVE, Ricardo (1990), *Parentesco, poder y mentalidad. La nobleza castellana. Siglos XII-XV*, Madrid, C. S. I. C.
- BEIRANTE, Angela (1990), *Confrarias medievais portuguesas*, Lisboa.
- Idem* (1995), *Évora na Idade Média*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian - J.N.I.C.T..
- BELTRÁN, Vicente e BREA, Mercedes (dir.) (1996), *Lírica profana galego-portuguesa. Cropus completo das cantigas medievais, con estudo biográfico, análise retórica e bibliografía específica*, Santiago de Compostela, Centro de Investigacións Lingüísticas e Literárias Ramón Pineiro.
- BETTENCOURT, Olga - ver KRUS, Luis; BETTENCOURT, Olga e MATTOSO, José (1982).
- BREA, Mercedes - ver BELTRÁN, Vicente e BREA, Mercedes (1996).
- CASTRO, Ivo (1984), *Livro de José de Arimateia*, Lisboa, Faculdade de Letras (tese de doutoramento policopiada).
- CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS (1982), *Cortes portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, Lisboa, I.N.I.C.
- Idem* (1986), *Cortes portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, I.N.I.C.
- Idem* (1990-1993), *Cortes portuguesas. Reinado de D. Fernando (1367-1383)*, 2 vols., Lisboa, I.N.I.C.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1983), *O Baixo Mondego nos fins da Idade Média*, Coimbra, Faculdade de Letras.
- Idem* (1988), "O poder e a sociedade ao tempo de Afonso IV", in *Revista de História* (Porto), 8, pp. 35-51.
- Idem* (1989), "Entre poderes. Análise de alguns casos na centúria de quatrocentos", in *Revista da Faculdade de Letras* (Porto), 2ª. série, 6, pp. 103-135.
- Idem* (1990), "A terra e os homens da Nóbrega no século XIII", in *Idem, Homens, espaços e poderes. Séculos XI-XVI*, vol. I, Lisboa, Horizonte, pp. 170-198.
- Idem* (1993), "As confrarias medievais portuguesas. Espaços de solidariedade na vida e na morte", in *Cofradías, grêmios, solidariedades en la Europa medieval*, XIX Semana de Estudios Medievales, Estella, 1992, Pamplona, Gobierno de Navarra.

- Idem* (1995), "O peso dos privilegiados em Portugal", in *El tratado de Tordesillas y su época. Congreso internacional de Historia*, Junta de Castilla y León, pp. 291-314.
- Idem* e VENTURA, Leontina (1987a), "Vataça. Uma dona na vida e na morte", in *Actas das II Jornadas luso-espanholas de história medieval*, vol. I, Porto, INIC, pp. 159-194.
- Idem* e *Idem* (1987b), "Os bens de Vataça. Visibilidade de uma existência", in *Revista de história das ideias*, 9, pp. 33-77.
- Idem* e MARTINS, Rui Cunha (1993), "O monaquismo feminino cisterciense e a nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)", in *Theologica*, 2ª série, 28, pp. 481-506.
- COSTA, Avelino de J. da (1981), "Inventário dos bens e obituário de Santa Maria da Alcáçova de Santarém", in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 36, pp. 1-30.
- DAVID, Henrique (1986), "Os portugueses nos livros de 'repartimientos' da Andaluzia (século XIII)", in *Revista da Faculdade de Letras* (Porto), 2ª. série, 3, pp. 51-75.
- Idem* (1989), "Os portugueses e a reconquista castelhana e aragonesa do século XIII", in *Actas das II Jornadas luso-espanholas de história medieval*, vol. III, Porto, I.N.I.C., pp. 1029-1042.
- Idem*, BARROS, Amândio e ANTUNES, João (1987), "A família Cardona e as relações entre Portugal e Aragão durante o reinado de D. Dinis", in *Revista da Faculdade de Letras* (Porto), 4, pp. 69-87.
- Idem* e PIZARRO, José A. Sottomayor (1987), "Nobres portugueses em Leão e Castela (século XIII)", in *Revista de História* (Porto), 7, pp. 135-150.
- DURAND, Robert (1982), *Les campagnes portugaises entre Douro et Tage aux XIIe et XIIIe siècles*, Paris, Centre Culturel Portugais.
- FERNANDES, A. de Almeida (1971), *A honra de Gouveães e a sua estirpe (séculos XII-XV)*, Braga (separata de *Armas e troféus*).
- Idem* (1976), *Acção dos Cistercienses de Tarouca. As granjas nos séculos XII e XIII*, Guimarães (separata da *Revista de Guimarães*, vol. 83).
- Idem* (1978), *Guimarães, 24 de Junho de 1128. Nos 850 anos da batalha de 5. Mamede*, Guimarães (Separata da *Revista de Guimarães*).
- Idem* (1981), *A nobreza na época vimarano-portugalense*, Parte I, *Problemata*, Guimarães (separata da *Revista de Guimarães*).
- Idem* (1990), *Homenagem de Lalim ao Conde D. Pedro. A história de Lalim*, Lamego, Câmara Municipal.

- FERREIRA, Isabel Sabido (1995), *No silêncio das palavras. Mulheres nos Livros de Linhagens*, Lisboa, Faculdade de Letras (tese de mestrado policopiada).
- GAMA, Luís Filipe Marques da (1997), *Dos Leais de Sintra e Colares aos da Região Oeste. Uma linhagem medieval inédita*, Óbidos, Câmara Municipal.
- GERBERT, Marie-Claude (1989), "Accès à la noblesse et renouvellement nobiliaire dans le royaume de Castille (de la Reconquête au XVe. siècle)", in *Arquivos do Centro Cultural Português*, 26, pp. 359-388.
- GOMES, Rita Costa (1982), *A bastardia através das legitimações régias (1290-1385)*, relatório do seminário de Mestrado em História medieval da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (inédito).
- Idem* (1995), *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel.
- GOMES, Saúl António (1995), *Introdução à história do castelo de Leiria*, Leiria, Câmara Municipal.
- GONÇALVES, Iria (1978) (Dir.), "O entre Cávado e Minho, cenário de expansão senhorial no século XIII", in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 4ª. série, 2, pp. 399-440.
- Idem* (1993), "Alguns aspectos da visita régia no entre Cávado e Minho no século XIII", in *Estudos medievais*, 10, pp. 33-57.
- HOMEM, Armando L. de Carvalho (1990), *O Desembargo régio (1320-1433)*, Porto, I.N.I.C.
- Idem* (1996), "A dinâmica dionisina", in *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325)*, coorden. por M. H. da Cruz Coelho e A. L. de Carvalho Homem (= *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III), Lisboa, Presença, pp. 144-163.
- KRUS, Luís (1985), "A morte das fadas. A lenda genealógica da Dama do Pé de Cabra", in *Ler História*, 6, pp. 3-34.
- Idem* (1994a), *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian - JNICT, 1994.
- Idem* (1994b), "O rei herdeiro dos condes: D. Dinis e a herança dos Sousas", in *Idem, Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*, Redondo, Patrimonia, 1994, pp. 59-99.
- Idem* (1994c), "O discurso sobre o passado na legitimação do senhorialismo português dos finais do século XIII", *ibidem*, pp. 197-207.

- Idem* (1994d), "As origens lendárias dos condes de Trastâmara", *ibidem*, pp. 209-218.
- Idem*; BETTENCOURT, Olga e MATTOSO, José (1982), "As Inquirições de 1258 como fonte de história da nobreza. O julgado de Aguiar de Sousa", in *Revista de história económica e social*, n. 9, pp. 17-74.
- Idem*, ANDRADE, Amélia e MATTOSO, José (1986), "Paços de Ferreira na Idade Média. Uma sociedade e uma economia agrárias", in *Paços de Ferreira. Estudos monográficos*, Paços de Ferreira, Câmara Municipal, pp. 171-243.
- LOPES, Graça Videira (1994), *A sátira nos cancioneiros medievais galego-portugueses*, Lisboa, Estampa.
- MALEVAL, M. do A. Tavares - ver MANGELLI, Lânia, MALEVAL, M. do A. e VIEIRA, Yara (1995)
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1987), "A nobreza", in *Idem, Portugal na crise dos séculos XIV e XV* (= *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. IV), Lisboa, Presença, pp. 236-261.
- MARQUES, José (1988), *A arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Idem* (1990), "D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais", in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História medieval*, vol. IV, Porto, I.N.I.C., pp. 1527-1566.
- MARTINS, Rui Cunha (1992), *Património, parentesco e poder. O mosteiro de Semide do século XII ao século XV*, Lisboa, Escher.
- Idem* e COELHO, M. Helena - ver COELHO, M. Helena e MARTINS, R. C. (1993).
- MATTOSO, José (1968), "A nobreza portugalense dos séculos IX a XI", in *A nobreza medieval portuguesa*, 2ª. ed., pp. 257-270.
- Idem* (1969a), "As famílias condais portugalenses dos séculos X e XI" in *A nobreza medieval portuguesa*, 2ª. ed., pp. 103-159.
- Idem* (1969b), "A nobreza rural portuense nos séculos XI e XII", in *A nobreza medieval portuguesa*, 2ª. ed., pp. 161-253.
- Idem* (1974), "Sobre a estrutura da família nobre portugalense", in *A nobreza medieval portuguesa*, 2ª. ed., pp. 373-388.
- Idem* (1975), "A nobreza de Entre-Douro-e-Minho na história medieval de Portugal", in *A nobreza medieval portuguesa*, 2ª. ed., pp. 289-313.
- Idem* (1978a), "A região de Arganil: de fronteira a terra senhorial", in *A nobreza medieval portuguesa*, 2ª. ed., pp. 315-329.

- Idem* (1978b), "A primeira tarde portuguesa", in *Portugal medieval*, 2ª. ed., pp. 11-35.
- Idem* (1979a), "A crise de 1245", in *Portugal medieval*, 2ª. ed., pp. 57-75.
- Idem* (1979b), "A família da Maia no século XIII", in *A nobreza medieval portuguesa*, 2ª. ed., pp. 331-342.
- Idem* (1980a), "Cavaleiros andantes: a ficção e a realidade", in *A nobreza medieval portuguesa*, 2ª. ed., pp. 355-371.
- Idem* (1980b), "Introdução ao estudo da nobreza medieval portuguesa", in *A nobreza medieval portuguesa*, 2ª. ed., pp. 13-34.
- Idem* (1980c), *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, 2ª. ed., Lisboa, Estampa, 1987.
- Idem* (1981a), "A nobreza medieval galaico-portuguesa. A identidade e a diferença", in *Portugal medieval*, 2ª. ed., pp. 171-197.
- Idem* (1981b), "A nobreza medieval portuguesa e as correntes monásticas dos séculos XI e XII", in *Portugal medieval*, 2ª. ed., pp. 197-223.
- Idem* (1981c), "Os nobres nas cidades portuguesas da Idade Média", in *Portugal medieval*, 2ª. ed., pp. 273-291.
- Idem* (1982a), "A guerra civil de 1319-1324", in *Portugal medieval*, 2ª. ed., pp. 293-308.
- Idem* (1982b), "A literatura genealógica e a cultura da nobreza em Portugal (séculos XIII-XIV)", in *Portugal medieval*, 2ª. ed., pp. 309-328.
- Idem* (1982c), *Ricos-homens, infanções e cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, 2ª. ed., Lisboa, Guimarães ed., 1985.
- Idem* (1983a), "Para a história do regime senhorial no século XIII", in *Portugal medieval*, 2ª. ed., pp. 135-148.
- Idem* (1983b), "João Soares Coelho e a gesta de Egas Moniz", in *Portugal medieval*, 2ª. ed., pp. 409-435.
- Idem* (1983c), *Portugal medieval. Novas interpretações*, 2ª. ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1992.
- Idem* (1984), "Sobre o problema do feudalismo em Portugal. Resposta a Robert Durand", in *Fragmentos*, 2ª. ed., pp. 125-130.
- Idem* (1985a), "O feudalismo português", in *Fragmentos*, 2ª. ed., pp. 115-123.
- Idem* (1985b), "A nobreza e a Revolução de 1383", in *Fragmentos*, 2ª. ed., pp. 277-293.
- Idem* (1985c), *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, 2 vols., 5ª. ed., Lisboa, Estampa, 1995.

- Idem* (1986), "Feudalismo e concelhos. A propósito de uma nova interpretação", in *Fragmentos*, 2ª. ed., pp. 139-148.
- Idem* (1987), *Fragmentos de uma composição medieval*, 2ª. ed., Lisboa, Estampa, 1993.
- Idem* (1988a), "Sangue e família no 'Cantar dos Infantes de Lara'", in *Estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1988, pp. 207-216.
- Idem* (1988b), "Barregão-barregã. Notas de semântica", in *Homenagem a Joseph M. Piei no seu 85º aniversário*, org. por D. Kremer, Tübingen, Max Niermeyer, pp. 367-376.
- Idem* (1993), "Portugal no reino asturiano-leonês", in *Idem Antes de Portugal*, vol. I da *História de Portugal* dir. por José Mattoso, Lisboa, Estampa.
- Idem* (1994), "1096-1325", in *Idem, A monarquia feudal*, vol. II da *História de Portugal* dir. por José Mattoso, Lisboa, Estampa.
- MATTOSO, José; KRUS, Luis e ANDRADE, Amélia (1989), *O castelo e a feira. A terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, Lisboa, Estampa, 1989.
- MATTOSO, José - ver KRUS, Luis; BETTENCOURT, Olga e MATTOSO, José (1982); KRUS, Luis; ANDRADE, Amélia e MATTOSO, José (1986).
- MIRANDA, José C. R. (1993), *A Demanda do Santo Graal e o ciclo arturiano da Vulgata*, Porto, Faculdade de Letras (tese de doutoramento fotocopiada).
- Idem* (1996), *Os trovadores e a região do Porto. Em tomo do rapto de Elvira Anes da Maia*, Porto, (ed. do A.) (Separata da revista *O Tripeiro*).
- MONGELLI, Lênia M. de Medeiros; MALEVAL, M. do A. Tavares; VIEIRA, Yara Frateschi (1995), *Vozes do trovadorismo galego-português*, Cotia (S. Paulo, Brasil), íbis.
- OLIVEIRA, Antonio Resende de (1986), "A mulher e as origens da cultura trovadoresca no Ocidente peninsular", in *A mulher na sociedade portuguesa. Actas do Colóquio*, vol. II, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, pp. 21-34.
- Idem* (1987), "A cultura trovadoresca no Ocidente peninsular: trovadores e jograis galegos", in *Biblos*, 63, pp. 1-22.
- Idem* (1989), "A Galiza e a cultura trovadoresca peninsular", in *Revista de História das Ideias*, 11, pp. 691-751.
- Idem* (1990), "Trovadores portugueses na corte de Afonso X", in *Actas*

- das II Jornadas luso-espanholas de história medieval, vol. IV, Porto, INIC, pp. 1335-1348.
- Idem* (1992), *Depois do espectáculo trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*, Coimbra, Faculdade de Letras (tese de doutoramento policopiada).
- Idem* (1995), *Trovadores e xograres. Contexto histórico*, Vigo, Ed. Xerais de Galicia.
- Idem* e VENTURA, L. - ver VENTURA, Leontina e OLIVEIRA, António Resende de (1995).
- PEREIRA, Isaias da Rosa (1993), "Martiriológico-obituário da Sé de Lamego", in *Theologica*, 2ª. série, 28, pp. 515-522.
- PEREZ DE TUDELA, María Isabel (1979), *Infanzones y caballeros. Su proyección en la esfera nobiliária castellano-leonesa (siglos IX-XIII)*, Madrid, Universidad Complutense.
- PIZARRO, José Augusto Sotto Mayor (1990), "A nobreza do julgado de Braga nas inquirições do reinado de D. Dinis", in *IX centenário da dedicação do Sé de Braga. Actas*, vol. I, Braga, Univ. Católica, pp. 185-245.
- Idem* (1995), *Os patronos do mosteiro de Grijó. Evolução e estrutura da família nobre. Séculos XI a XIV*, Ponte de Lima, Ed. Carvalhos de Basto.
- Idem* - ver DAVID, Henrique e PIZARRO, José Augusto Sotto Mayor.
- ROSA, Maria de Lurdes (1995), *O morgadio em Portugal. Séculos XIV e XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*, Lisboa, Estampa.
- SÁNCHEZ SAUS, Rafael (1989), *Caballeria y linaje en la Sevilla medieval. Estúdio genealógico y social*, Sevilla, Diputación Provincial.
- SÃO PAYO, Luís de Mello Vaz de (1985-1986), "D. Nuno Soares, o que fez Grijó", in *Armas e troféus*, 5ª. série, 6, pp. 5-44.
- Idem* (1986), *Origem dos portugueses de La Cerda*, Lisboa (separata de *Miscelania histórica de Portugal*, 5 (1966).
- Idem*, (1987), "Os naturais (séculos XIII e XIV)", in *Raizes e memórias*, 1, pp. 47-71.
- SILVA, José Custódio Vieira da (1995), *Paços medievais portugueses*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.
- SOUSA, Armindo de (1994), "1325-1480", in *A Monarquia feudal*, vol. II da *História de Portugal*, dir. por José Mattoso, Lisboa, Ed. Estampa.

- SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e (1995), *Os Pimentéis. Percursos de uma linhagem medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (tese de doutoramento policopiada).
- TAVANI, Giuseppe (1988a), *Ensaio português*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Idem* (1988b), *A poesia lírica galego-portuguesa*, Lisboa, ed. Comunicação.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (1983), "A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385", in *Revista de história económica e social*, 12, pp. 45-89.
- TÁVORA, Luís Gonzaga de Lencastre e - ver ABRANTES, Marquês de.
- VENTURA, Leontina (1985), "O cavaleiro João Gondesendes. Sua trajectória político-social e económica", in *Revista de história económica e social*, 15, pp. 31-69.
- Idem* (1986), "D. João Peres de Aboim. Da Terra da Nóbrega à corte de Afonso III", *ibidem*, 18, pp. 57-73.
- Idem* (1992), *A nobreza da corte de Afonso III*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras (tese de doutoramento policopiada).
- Idem* (1996a), "A crise de meados do século XIII", in *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325)*, coorden. de M. H. da Cruz Coelho e A.L. Carvalho Homem (= *Nova História de Portugal*, dir. por J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III), Lisboa, Presença, pp. 104-123.
- Idem* (1996b), "Afonso III e o desenvolvimento da autoridade régia", *ibidem*, pp. 123-144.
- Idem* (1996c), "A nobreza. Da guerra à corte", *ibidem*, pp. 206-224.
- Idem* e COELHO, M. H. - ver COELHO, M. H. e VENTURA, Leontina (1987a) e (1987b).
- Idem* e FÁRIA, Ana Santiago (1990), *Livro Santo de Santa Cruz. Cartidário do século XII*, Coimbra, INIC.
- Idem* e COELHO, Maria Helena - Ver COELHO, Maria Helena e VENTURA, Leontina.
- Idem* e OLIVEIRA, António Resende de (1995), "Os Briteiros (séculos XII-XIV). Trajectória social e política", in *Revista portuguesa de história*, 30, pp. 71-102.
- VIEIRA, Yara - ver MONGELLI, Lênia; MALEVAL, M. do A. e VIEIRA, Yara (1995).